



SISTEMATIZAÇÃO DA INSERÇÃO DE PESQUISADORES BOLSISTAS NA SETHAS-RN: PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E IMPACTOS NA GESTÃO PÚBLICA

Autora: Aline Nalon Ribeiro Neves¹

Co-autores: Cleomar Jamyson da Silva Melo²

Flávia Menezes Gaieta³

Giselle Borges Lima de Oliveira⁴

Maria Gizeli Herculano da Silva⁵

RESUMO

Este estudo analisa a experiência da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte (SETHAS-RN) na inserção de pesquisadores bolsistas como estratégia de inovação social e fortalecimento da gestão pública. A partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em análises bibliográficas e documentais, o artigo examina os processos organizacionais e os impactos das parcerias interinstitucionais no contexto das políticas públicas estaduais. Os resultados demonstram avanços na implementação de ferramentas e fluxos administrativos, melhoria da eficiência operacional e maior suporte técnico aos municípios. Destacam-se ações como o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial, a criação de instrumentos de monitoramento e a formulação de políticas voltadas para populações em situação de vulnerabilidade, incluindo migrantes e pessoas em situação de rua. Além disso, foram produzidos materiais orientadores e publicações que promovem a transparência e o controle social. A experiência evidencia a relevância de conectar academia e gestão pública para criar soluções baseadas em evidências e atender às necessidades da sociedade. Este modelo é apresentado como replicável em outros contextos, reforçando a inovação como uma diretriz estratégica para modernizar a administração pública e reduzir desigualdades.

¹ Especialista em Direitos Humanos e Lutas Sociais pela UNIFESP, Gestora Pública pela UNISA e Coordenadora de Estudos, Projetos e Inovação da SETHAS/RN. E-mail: contato.alinenalon@gmail.com.

² Mestre em Serviço Social pela UFPE e Subcoordenador da vigilância socioassistencial e cadastro único da SETHAS/RN. E-mail: cleomarsocial@gmail.com.

³ Graduanda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: flavia.gaieta.104@ufrn.edu.br.

⁴ Graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: giselle.borges.141@ufrn.edu.br.

⁵ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social. E-mail: gizeli.herculano.702@ufrn.edu.br.



Palavras-chave Inovação na gestão pública; pesquisadores bolsistas; vigilância socioassistencial; parcerias interinstitucionais; políticas sociais.

1. INTRODUÇÃO

A Coordenadoria de Estudos, Pesquisa e Inovação (COEPI) na Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) do Rio Grande do Norte é o órgão responsável por

“I - planejar, coordenar, elaborar e desenvolver projetos, metodologias e estudos sobre a política estadual de Assistência Social; II - apoiar e desenvolver projetos, metodologias e elaboração de documentos técnicos voltados à produção de conhecimento sobre políticas públicas executadas pela Secretaria; III - sistematizar e analisar dados, informações primárias e secundárias sobre temáticas e demandas da gestão das políticas públicas executadas pela Secretaria; IV - apoiar e assegurar as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas; V - coordenar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação no âmbito da Secretaria”(RIO GRANDE DO NORTE, 2024, p.28)

Nesse sentido, desde 2019 até os dias atuais a perspectiva de governança ocorre incentivando o fomento a parcerias com as fundações de amparo a pesquisas e universidades visando resultados uma atuação mais eficientes e eficazes sob as políticas as quais a SETHAS se encontra responsável no Governo do Rio Grande do Norte. A SETHAS é responsável pela gestão de diversas políticas sociais no estado, incluindo assistência social, trabalho, habitação, e segurança alimentar, além de assessorar e avaliar as políticas de assistência social nos 167 municípios do RN.

Historicamente, as políticas sociais no estado estavam em mãos de figuras políticas privilegiadas, mas, com a eleição da Governadora Fátima Bezerra, a primeira mulher de origem popular a governar o RN, houve uma mudança significativa, incluindo a criação da primeira lei estadual de assistência social. Outro ponto relevante neste contexto de governo refere-se a a então e até os dias atuais Secretária de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, Professora Dr. Iris Maria de Oliveira⁶.

No primeiro ano da gestão de ambas, 2019, a contratação de pesquisadores bolsistas foi adotada como estratégia inovadora para enfrentar os desafios impostos por políticas neoliberais e permitir que a atuação da gestão pública pudesse ser mais fundamentada a partir de dados atualizados, metodologias e referências que promovessem resultados mais efetivos e de impacto direto para a população. Assim, a inserção desses bolsistas na secretaria visa otimizar os recursos públicos e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

⁶ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1986), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1997) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Foi tutora do PET Conexões de Saberes (2010-2016). Atualmente é professor Associado IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social. A partir de fevereiro de 2019 se encontra cedida ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte para ocupar o cargo de Secretária de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, criança e adolescente, serviço social, pobreza e políticas sociais. (LATTES, 2024)



Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo descrever e refletir acerca da inserção de pesquisadores bolsistas na SETHAS-RN, assim como identificar suas possíveis contribuições para a gestão pública. Descrever esse processo e refletir sobre esta iniciativa apresenta uma experiência essencial para entender os impactos na gestão pública e promover práticas que podem ser replicadas, criando um ambiente de aprendizado contínuo e gestão mais eficaz e inclusiva.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada refere-se a um estudo de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, análise bibliográfica e documental, com o intuito de aproximar os conceitos dos autores com a prática profissional dos pesquisadores bolsistas e o impacto na gestão pública. No estudo bibliográfico realizamos uma aproximação com os autores e principais conceitos acerca do tema, mas que nos proporcionasse uma visão global da temática. No estudo documental, analisamos os relatórios de atividades dos pesquisadores bolsistas, editais e relatórios de gestão do governo do estado do Rio Grande do Norte, através destes documentos analisamos as atividades realizadas pelos pesquisadores bolsistas e o impacto dessa atuação na gestão pública, como uma medida inovadora que gera valor social no estado do Rio Grande do Norte.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A inovação na administração pública é fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão estatal, modernizando o setor público e aprimorando os serviços oferecidos à sociedade. Hartley (2005) ressalta que a inovação no setor público abrange não apenas a criação de novas políticas, mas também transformações organizacionais e estruturais que otimizam processos internos e ampliam a eficiência na entrega de resultados. No Brasil, esse contexto é acentuado pela descentralização e pelo federalismo, que atribui a estados e municípios papéis estratégicos na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços essenciais.

Com a Constituição Federal de 1988, a autonomia administrativa e financeira de estados e municípios foi ampliada, consolidando a descentralização como um princípio de gestão pública. Esse processo gerou avanços, como maior participação local na formulação de políticas, mas também revelou desafios inovadores, como a gestão eficiente dos recursos, o fortalecimento do patrimônio regional e a capacitação técnica das administrações locais (Grin, Lotta e Abrucio, 2023). Além disso, persistem desigualdades entre os entes federativos, refletidas nas diferenças de capacidades técnicas e financeiras.

A inovação administrativa surge, assim, como estratégia para fortalecer as capacidades das burocracias subnacionais. Essa abordagem inclui o uso de tecnologias avançadas e a reorganização de processos administrativos, tornando-os mais ágeis e adaptáveis às demandas locais. Ferramentas como o Observatório de Indicadores do Estado (ObservaRN) e o Portal da Transparência do RN



exemplificam o potencial do uso de dados e indicadores para promover a transparência, o monitoramento e a eficiência na gestão pública. Secchi (2012) enfatiza que uma gestão orientada por evidências possibilita ajustes rápidos, uso eficiente de recursos e maior controle social, fortalecendo a confiança entre governo e sociedade.

A digitalização dos serviços públicos é outro pilar da modernização administrativa. Soluções como aplicativos móveis e sistemas integrados ampliam o acesso da população e agilizam o atendimento. Contudo, sua implementação requer infraestrutura tecnológica, investimento em conectividade e capacitação contínua dos servidores. Nesse sentido, a formação e valorização dos servidores são cruciais para fortalecer as administrações locais. Programas de capacitação e de criação de uma cultura organizacional voltada para a inovação são essenciais para a modernização administrativa. Parcerias interinstitucionais também desempenham papel relevante. Os consórcios intermunicipais, por exemplo, permitem a otimização de recursos e a ampliação de serviços em regiões com menor capacidade administrativa. Além disso, a colaboração entre governos e universidades, como destacado por Silva et al. (2015), potencializa a inovação ao integrar pesquisa aplicada e desenvolvimento de soluções para problemas sociais. O modelo de Hélice Tríplice, de Etzkowitz e Leydesdorff (2000), reforça a importância da interação entre governos, universidades e empresas para fortalecer políticas públicas e atender às demandas locais.

As crises, como a pandemia de COVID-19, destacam a necessidade de inovação no setor público. O uso de plataformas digitais para consultas médicas, monitoramento hospitalar e distribuição de benefícios sociais declarados como inovação pode ampliar a eficiência e a agilidade no atendimento às situações. Entretanto, a resistência à mudança continua sendo um desafio significativo. Para superá-lo, é necessário promover a conscientização sobre os benefícios da inovação e adotar políticas de incentivo baseadas no desempenho e no reconhecimento institucional. Portanto, a combinação entre descentralização, inovação administrativa e gestão baseada em evidências constitui um tripé essencial para uma administração pública mais eficiente, transparente e responsiva. Apesar dos avanços proporcionados pela descentralização no Brasil, as desigualdades regionais e as limitações estruturais reforçam a urgência de esforços coordenados para modernizar e fortalecer as burocracias subnacionais. A inovação, nesse contexto, é mais que uma estratégia: é um imperativo para construir um setor público mais justo e eficiente.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A introdução de pesquisadores bolsistas na SETHAS significa inovar o processo de gestão pública, gerando impacto social, criando um valor público para sociedade, assim como atesta Guimarães (2022) sobre o processo de inovação no setor público. A respeito da contratação dos pesquisadores bolsistas para atuação na SETHAS, vale salientar que



A presença de pesquisadores competentes, um quadro de profissionais intelectuais com bagagem teórica e empírica, possibilitará construir um diagnóstico descritivo e interpretativo com sínteses analíticas da relação institucional da gestão estadual e conjunto das gestões municipais em suas particularidades territoriais, para assim, construir estratégias inovadoras de superação dos principais problemas identificados (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p.22).

A SETHAS inovou, em 2019, ao iniciar a contratação de profissionais de nível superior como pesquisadores bolsistas por meio de processo seletivo simplificado. Essa ação foi viabilizada pelo edital FAPERN/SETHAS-RN N° 001, utilizando recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e formalizada através de um termo de cooperação técnica entre a SETHAS e a FAPERN, mesmo em um contexto de avanços do neoliberalismo conservador na esfera federal.

Durante o estudo, foi observado que alguns editais não apresentavam o detalhamento das atividades dos pesquisadores, lacuna que foi sendo corrigida ao longo das publicações. A Tabela 1 apresenta a sistematização dos editais publicados, destacando informações como fonte de financiamento, termos de parceria ou convênio e a inclusão, ou não, do plano de atividades.

Tabela 1 - Mapeamento dos editais para pesquisador bolsista da SETHAS⁷

Mapeamento dos editais para pesquisador bolsista da SETHAS					
Edital	Ano	Duração	Financiamento	Termo de parceria ou convênio	Plano de atividade no edital
FAPERN/SETHAS-RN N° 001	2019	1 ano	Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	Termo de Acordo de Cooperação Técnica	Não
SETHAS/FAPERN N° 05	2021	24 meses	FAPERN	Acordo de cooperação	Sim
SETHAS/FAPERN/FESP N° 08	2021	1 ano	SETHAS e do FUNDET	Termo de parceria	Não
SETHAS/FAPERN/FESP N° 09	2021	11 meses			Não
SETHAS/FUNCITERN N° 01/2021	2021/2022	12 meses	SETHAS	Termo de parceria	Sim
SETHAS/FAPERN N° 12	2022	10 meses	FAPERN	Cooperação Técnica-Científica	Sim

⁷ Todos os processos da administração pública ocorrem de forma transparente, tendo como base principal o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, além de responder aos princípios da administração pública. Todos estes documentos podem ser encontrados no SEI, em diário oficial e/ou páginas da fundação de pesquisa parceira ou conveniada.



EDITAL FUNCITERN Nº 001/2024	2024	22 meses	SETHAS e FUNCITERN mas não detalha as fontes no edital	Convênio	Sim
SETHAS/ FUNCITERN Nº 02/2024	2024	22 meses	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Recursos não vinculados de Impostos	Termo de parceria entre	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos editais publicados pela SETHAS, FAPERN E FUNCITERN

A análise da Tabela 1 demonstra que a SETHAS estabeleceu parcerias e convênios com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (FUNCITERN). Essas colaborações foram fundamentais para viabilizar o financiamento e promover avanços no desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na gestão pública.

Embora alguns editais não detalhassem os planos de atividades para os pesquisadores bolsistas, isso não significa que esses planos inexistiram. Em muitos casos, foram apresentados como documentos anexos ou complementares aos processos de formalização das parcerias e convênios, refletindo a complexidade administrativa inicial. Com o amadurecimento dessa modalidade de atuação, os processos passaram por ajustes para atender às exigências legislativas, garantir maior transparência e facilitar o monitoramento dos resultados esperados. Essas melhorias foram impulsionadas por diálogos contínuos com os parceiros institucionais, permitindo uma evolução das práticas para atender às demandas da gestão pública com base em evidências.

A análise dos editais, relatórios de atividades e de gestão da SETHAS revelou que, desde 2019, os pesquisadores bolsistas desempenharam diversas funções importantes. Essas incluem apoio técnico aos municípios do Rio Grande do Norte, análise situacional, monitoramento das oito políticas sob a responsabilidade da SETHAS, produção de materiais informativos (como cartilhas e folders), participação em relatórios e conferências estaduais, além da elaboração de relatórios técnicos e boletins informativos.

4.1. Principais Ações e Intervenções e Impactos na Gestão Pública

A SETHAS realizou ações significativas para fortalecer e inovar a gestão socioassistencial, destacando-se as parcerias com a FAPERN e FUNCITERN. Essas iniciativas priorizaram uma gestão baseada em evidências, ajustada às necessidades das populações atendidas. Na Política de Migrantes, Refugiados e Apátridas, pesquisadores bolsistas do CERAM-RN elaboraram e executaram o primeiro Plano de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas do RN, promovendo acolhimento e inclusão social. Simultaneamente, a Política para os Direitos das Pessoas em Situação de Rua avançou com a realização do primeiro censo potiguar dessa população, essencial para subsidiar políticas públicas.

O fortalecimento dos Conselhos de Direitos abrangeu áreas como Segurança Alimentar, Assistência Social, Direitos da Pessoa Idosa, Economia Solidária,



Artesanato e Trabalho, reforçando a participação e deliberação como pilares de políticas mais inclusivas.

Entre os resultados, destaca-se a publicação do livro *Inovação na Gestão do Sistema Único de Assistência Social do Estado do RN (2020)*, fruto do primeiro edital FAPERN/SETHAS-RN Nº 001, evidenciando o compromisso com a melhoria contínua do SUAS. Complementam essas iniciativas boletins de Vigilância Socioassistencial, cartilhas orientadoras e relatórios técnicos, disponíveis no site da SETHAS.

A realização do Censo da População em Situação de Rua, em 2023, tornou-se ferramenta estratégica para o planejamento de políticas públicas. Adicionalmente, a criação de instrumentos e fluxos específicos fortaleceu a integração entre teoria e prática nas políticas implementadas. Esses avanços refletem a capacidade da SETHAS de mobilizar recursos, articular parcerias e produzir resultados concretos, consolidando seu papel como agente inovador na gestão pública e no combate às desigualdades sociais no Rio Grande do Norte. Entre os materiais desenvolvidos pelos pesquisadores, destacam-se o Sumário Cadastro Único RN, o Relatório do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único (PROCAD-SUAS 2023), o Relatório Técnico de Monitoramento do Atendimento a Pessoas Idosas no SUAS e a Nota Técnica 01/2023 - COGESUAS/PSB. Esses documentos têm orientado práticas e subsidiado políticas públicas. Além disso, o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do RN representa um esforço estratégico para fortalecer as políticas voltadas a esse público. Publicações regulares, como os InfoVigilâncias, Boletins Informativos, FAQs e cartilhas, têm desempenhado papel fundamental na disseminação de informações, capacitação de equipes e orientação das práticas municipais, consolidando a relevância dos pesquisadores na operacionalização de políticas públicas.

A inserção dos bolsistas pesquisadores no âmbito da gestão estadual do SUAS contribuiu sobremaneira, pois trouxe inteligibilidade, inovação e agilidade nas entregas realizadas pela gestão estadual da política para com os municípios do Rio Grande do Norte. No que diz respeito às inovações, havia um vazio nas ferramentas, instrumentos e fluxos no âmbito do setor da Vigilância Socioassistencial, com a inserção dos sujeitos envolvidos nos projetos o setor deu um grande salto de estruturação, com o desenvolvimento de técnicas, fluxos, instrumentos de monitoramento e acompanhamento da política de assistência social, como por exemplo a construção de planilhas para realizar o monitoramento do preenchimento por parte das gestões municipais dos instrumentos de RMA - Registro Mensal de Acompanhamento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop).

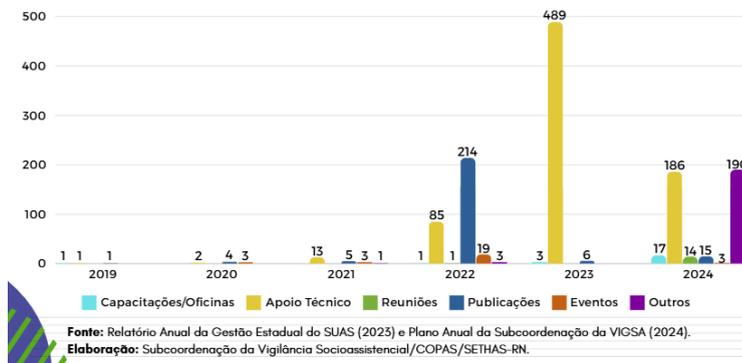
O RMA é um instrumento utilizado para registrar, de forma sistemática e padronizada, todas as ações realizadas no atendimento aos usuários dos serviços da assistência social. Esse registro permite o acompanhamento e monitoramento das intervenções feitas pelos profissionais da área, garantindo maior transparência, controle e organização dos atendimentos. O RMA é fundamental para a gestão do SUAS, pois contribui para a coleta de dados importantes sobre os serviços



prestados, possibilitando análises e avaliações sobre a efetividade das políticas de assistência social. Além disso, serve para gerar informações que podem ser usadas em relatórios e no planejamento de ações futuras.

E a construção desse instrumento de monitoramento têm permitido uma maior aproximação junto aos municípios, com o propósito de realizar análises da realidade do trabalho social com famílias realizados no âmbito do SUAS, e além disso, têm proporcionado a elaboração de produtos⁸ publicáveis apresentando o recorte dos acompanhamentos com o intuito de impulsionar os municípios a realizarem os registros e conseqüentemente olharem para sua própria realidade.

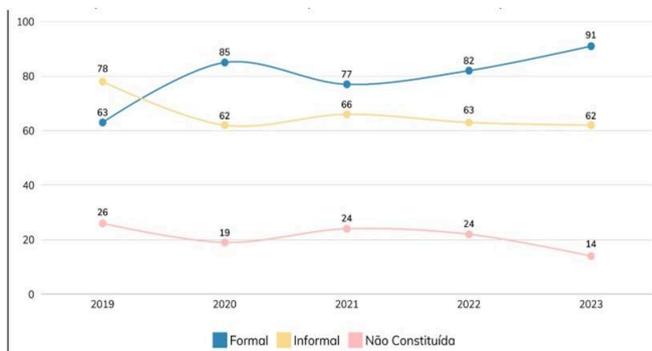
Gráfico 1. Linha histórica da atuação da Vigilância Socioassistencial da Gestão Estadual do SUAS



A demonstração fica evidente no Gráfico 1 acima, quando aponta o volume de entregas que foram sendo realizadas tendo como período em análise de 2019 até Setembro de 2024, se destacando o número de publicações e de apoio técnico realizados.

Como sinalizado e evidenciado a partir do Gráfico 1, a função da gestão estadual do SUAS, sobretudo do setor de Vigilância Socioassistencial em realizar apoio técnico às gestões municipais do SUAS houve um grande destaque no aprimoramento da concretização da política de assistência social, principalmente em relação ao processo de implementação e fortalecimento do setor de vigilância socioassistencial municipal, ocorrendo um elevado número de formalização do setor, como aponta o Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2. Evolução do Número de Municípios com Vigilância, nas situações Formal, Informal e Não Constituída, no Rio Grande do Norte, de 2019 a 2023.



Fonte: Panorama da Vigilância Socioassistencial dos municípios do Rio Grande do Norte a partir do Censo SUAS (2024).

Ou seja, essa formalização das vigilâncias socioassistenciais municipais têm sido muito importante para o fortalecimento e concretização do SUAS, já que esse setor corresponde a uma função da política de assistência social por ser fundamental para o acompanhamento contínuo das condições socioeconômicas e de

⁸ O setor realizou a publicação do produto: “Recorte parcial do acompanhamento de preenchimento de RMA CREAS/CRAS 2023”. Como segue o link para ser acessado:

<http://adcon.m.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC00000000326195.PDF>



vida das populações em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de identificar suas necessidades e garantir a efetividade das ações e serviços oferecidos.

5. CONCLUSÃO

Com base nos resultados apresentados, fica evidente a importância de iniciativas que se aproximam da academia e da gestão pública como estratégia central para o fortalecimento das políticas públicas. A experiência da inserção de pesquisadores bolsistas no SETHAS demonstrou que essa integração não apenas potencializa a eficiência dos processos administrativos, mas também permite a criação de ferramentas e produtos que ampliam a efetividade das ações realizadas.

Nesse sentido, é fundamental que sejam estabelecidas disposições que assegurem a continuidade e o fortalecimento dessa conexão. Entre as medidas prioritárias, destaca-se a ampliação de parcerias com universidades públicas e privadas, garantindo uma abordagem interdisciplinar e integrada. Essas colaborações devem ser orientadas pela busca de soluções inovadoras e ancoradas nas necessidades reais da sociedade, respeitando os princípios das normativas da administração pública.

Além disso, é crucial que o conhecimento produzido no âmbito dessas parcerias seja sistematizado e divulgado de forma clara e acessível, permitindo que gestores, servidores e cidadãos possam compreender e utilizar os resultados de maneira prática e eficaz. Portanto, a conexão entre academia e gestão pública precisa ser consolidada como uma política institucional prioritária, contribuindo para a modernização da administração pública e para a superação das desigualdades sociais e econômicas existentes.

5.1. Perspectivas futuras

É fundamental propor novas perspectivas que ampliem o impacto das iniciativas desenvolvidas. A sistematização e divulgação dos processos gerenciados por pesquisadores bolsistas demonstraram ser essenciais para garantir transparência, eficácia na gestão pública e replicabilidade de boas práticas.

Recomenda-se a realização de estudos complementares para aprofundar a análise dos impactos dessas ações em diferentes contextos e setores da administração pública, com foco nos desafios de implementação e nos resultados a longo prazo.

Outro aspecto importante é a ampliação de parcerias com universidades públicas e privadas, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil e instituições internacionais. Essas colaborações podem fomentar a formulação e execução de políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

Por fim, é crucial que as políticas resultantes sejam estruturadas de acordo com as normativas da administração pública, promovendo equidade, eficiência e



sustentabilidade. O fortalecimento da articulação entre diversos atores sociais será decisivo para atender às demandas da sociedade de forma efetiva e integrada.

REFERÊNCIAS

Caminhos da inovação no setor público / Bruna Santos, organizadora ; [autores] Bruno Martins Rizardi ... [et al]. -- Brasília: Enap, 2022.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. A dinâmica da inovação: de sistemas nacionais e 'Modo 2' a uma hélice tríplice de relações universidade-indústria-governo. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 1, p. 89-120, 2000.

GRIN, E. J.; FERNANDES, G. A. L. Capacidades estatales en los municipios brasileños: resultados tímidos en un contexto de autonomía política local y un escenario de dependencia financiera. **Revista de Administración Pública**, v. 53, n. 1, p. 163-183, 2019.

GRIN, E. J.; LOTTA, G.; ABRUCIO, F. L. Relaciones intergubernamentales y administración pública: los casos de las políticas públicas de salud, educación y asistencia social en Brasil. **Revista de Administración Pública**, v. 57, n. 3, p. 499-518, 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto 33. 621 de 22 de maio de 2014.**

Disponível:

<http://adcon.rm.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000332226.PDF>.

Acesso em: 22 nov. 2024.

Rio Grande do Norte. **Inovação na Gestão do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Norte** [recurso eletrônico]. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Iris Maria de Oliveira, Elizângela Cardoso de Araújo Silva, Janine Rodrigues Baltazar, Tábita Pollyana Alves de Souza (Organizadores). – Mossoró, RN: EDUERN, 2021.

HARTLEY, J. **Inovação em governança e serviços públicos: passado e presente. Dinheiro Público e Gestão**, v. 5, n. 1, p. 19-35, 2005.

SANTOS, B. (Org.). **Caminhos da inovação no setor público**. Brasília: ENAP, 2022.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, A. F.; SANTOS, L. L.; COSTA, M. R. A interação universidade-governo na inovação das políticas públicas: um estudo sobre as parcerias no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 739-762, 2015.